



VEJA NESTA EDIÇÃO



**Produção de ovinos:
Qualidade
na carne ,
rentabilidade
na produção.
Pg. 16**

ÍNDICE

Presidentes da ABZ
Pg. 05

Zootecnia e Fiscalização
Profissional
Pg. 07

ABZ - Prestando Contas
Pg. 10

Projeto inovador Incrementa
Ovinocultura
Pg. 16

Faculdades de Zootecnia no
Brail
Pg. 18

Zootecnistas Presentes no
CRMV
Pg. 21

Marcas da Zootecnia
Pg. 28

Graduação à Distância em
Zootecnia
Pg. 30

E mais...

**Certificação do IBD dá credibilidade à
agricultura orgânica Pg. 25**

**A história do congresso brasileiro
de Zootecnia ZOOTEK Pg. 09**

**O que é preciso saber sobre o exame
de suficiência para o exercício
profissional Pg. 12**

**Deputado Max Roseman defende projeto de
regulamentação do Conselho Federal de
Zootecnia
Pg. 23**



EXPEDIENTE

Ano Inº 1

Associação brasileira De Zootecnistas

Endereço: Rua Brasílio Itiberê, 376

Curitiba PR . CEP 80210-060

Fones 985-9887 087-9879

www.zootec.com.br

Tiragem : 6.500 exemplares

DIRETORIA EXECUTIVA

MARCOS ELIAS TRAAD DA SILVA
Presidente

PAULO DEM OLINER
Vice Presidente

MARIA ARACIG. DE CARVALHO
Secretária Geral

Ivaldo Pedro Patrício
Tesoureiro

Conselheiros Efetivos

Josenildo Querino Dias

Fábio Sam paio Vianna Ramos Filho
Rui Luiz Cadornin

Conselheiros Suplentes

João Ricardo Albanes

Jorge Luiz Corrêa de Oliveira
Bruno de Souza Mariano

Jornalista responsável

Reginaldo Daniela Silveira
M th 19301/114-49

Diagramação

W aldir Torquato

Editoria de arte

W aldir Torquato

Produção:

AGOSTO

Editorial

A MATURIDADE DE UMA ENTIDADE

Desde a fundação da nossa Associação Brasileira de Zootecnistas (ABZ) até os dias atuais, transcorreram-se 13 anos de muito trabalho e dedicação dos colegas que empunharam a bandeira da Zootecnia Nacional com afinco e determinação, não poupando esforços para verem estabelecida a entidade.

Muitas dificuldades têm norteado os rumos da ABZ, uma vez que é cada vez mais grave a falta de compromisso das diferentes categorias com o fortalecimento das suas entidades representativas, até com certa razão, pela crescente descrença de que a atividade coletiva possa ser orientada no sentido do bem estar comum.

No entanto, de maneira lenta mas gradativa, a nossa atividade associativa vai tomando forma e sedimentando o seu caminho para transpor os obstáculos que os zootecnistas têm que enfrentar no dia a dia de convívio com a sociedade que se utiliza dos seus serviços. Com a mesma tendência de um contínuo e equilibrado olhar atento ao verdadeiro papel do zootecnista para o desenvolvimento sustentável da agropecuária nacional, o mercado de trabalho começa finalmente a focar a competência sobreposta aos decretos e portarias que sempre nortearam a atuação profissional no nosso país.

Assim sendo, uma das formas de nos mantermos unidos em prol do crescimento da atividade agroindustrial do Brasil, é através do engajamento de todos os zootecnistas na nossa ABZ, que está oferecendo este exemplar da Revista Zootecnia Brasileira como uma proposta de aglutinação de interesses em torno da nossa profissão e do avanço da Zootecnia.

Sempre houve uma grande cobrança dos colegas quanto à importância da "prestação de contas" do trabalho que a ABZ executa no seu dia a dia. Pois bem, através da Zootecnia Brasileira, caso haja o engajamento de todos, deveremos estar mais próximos, tratando de assuntos variados do interesse dos profissionais, estudantes, empresas do setor e da sociedade como um todo.

Com mais essa conquista para a Zootecnia do Brasil, estamos dando um significativo passo à frente com a nossa entidade, que só nos tem engrandecido espiritualmente nesses anos em que estamos no seu comando. É certo que, em alguns momentos, sentimo-nos com relativa incapacidade de avançar num ritmo mais acelerado. Mas, as conquistas gradativas são a nossa possibilidade para continuar a contribuir e temos que nos contentar com ela, quer queiramos, ou não. Temos orgulho das diferentes atribuições políticas e dos amigos que perpetuamos, graças à Deus, mesmo com o ônus do contínuo desgaste profissional, familiar e pessoal. Isso é o que temos oferecido à Zootecnia nesses anos de luta, em prol da nossa profissão.

Não podemos ainda deixar de externar agradecimentos especiais a todos aqueles companheiros de diretoria que têm atuado ao nosso lado, com extremo espírito profissional e com fulgor e lealdade aos princípios da Zootecnia.

Esperamos que todo assinem a nossa revista e façam suas críticas e sugestões para que tenhamos todos ainda mais sucesso daqui para frente.

Marcos Elias Traad da Silva
Presidente da ABZ



PRESIDENTES DA ABZ

Face ao caráter histórico da primeira edição da Zootecnia Brasileira, não podemos deixar de registrar os presidentes da ABZ desde a sua fundação, bem como evidenciar algumas características da gestão de cada um deles.

Marcos Elias Traad da Silva



Zootecnista, natural do Rio de Janeiro, graduado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em 1979. Mestre em Ciências Veterinárias pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), na Área de Nutrição Animal, com especialidade em Búfalos. Professor no Curso de Zootecnia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Consultor em projetos especiais em áreas técnicas ligadas à Zootecnia e ao ensino médio e universitário. Foi:

Coordenador Geral do Pólo Regional de Pesquisas de Curitiba, do Instituto Agrônomo de Paraná – IAPAR; Presidente da Comissão Nacional de Ensino de Zootecnia (CNEZ) do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV); Diretor Presidente da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR); Presidente da Associação Brasileira das Companhias Armazenadoras Oficiais (ABCAO) e Presidente do Sindicato dos Zootecnistas do Paraná (Sinzoopar). Sua principal característica frente à ABZ tem sido a defesa dos interesses dos profissionais e a constante busca de maior intercâmbio dos Zootecnistas através dos congressos científicos e da realização dos fóruns de entidades. Atualmente em curso de Doutorado em Processos Biotecnológicos na UFPR.

Jorge Luiz Correia de Oliveira



Zootecnista, natural do Rio de Janeiro, graduado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em 1977. Sempre atuou no setor privado, tendo sido Chefe da Divisão de Seguros de Animais da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo; Sócio Gerente da Lúmen Assessoria e Consultoria Ltda. Foi o criador do Fórum Nacional de Entidades de Zootecnistas, instituição que até hoje tem procurado manter a abertura da associação com os zootecnistas do país, através dos seus representantes nos sindicatos, associações e



conselhos de veterinária. Jorge Correia deflagrou e liderou campanhas de união dos profissionais em todo o país, na ocasião em que ocupou a Secretaria geral do Conselho Regional de Medicina Veterinária de São Paulo, tendo prestado relevantes serviços à categoria.

Luiz Augusto Muller



Zootecnista, natural de Taquara (RS), graduado pela Pontifícia Universidade Católica de Uruguaiana (PUC – Uruguaiana) em 1970. Foi: funcionário da Secretaria da Agricultura (RS), no Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor (1971); Delegado Regional da Secretaria da Agricultura em Frederico Westphalen - RS (1981); Presidente da Associação Profissional dos Zootecnistas (1982);

Fundador e Presidente do Sindicatos dos Zootecnistas do Rio Grande do Sul (1985); Fundador e Presidente da Associação Brasileira de Zootecnistas (1988); membro da Câmara de Zootecnia do Conselho Federal de Medicina Veterinária (1984/1993) e da Câmara de Zootecnia do Conselho Regional de Medicina Veterinária/RS; Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Taquara (1993/1996); Secretário Municipal de Meio Ambiente de Parobé (1997/2000); Presidente do CONDIMMA - FAMURS – Conselho de Dirigentes de Meio Ambiente dos Municípios do Rio Grande do Sul (1997/1999); ZOOTECNISTA DO ANO do Rio Grande do Sul (2001). É Diretor da Empresa Rural Ecosystem-Consultoria e Planejamento Agroindustrial Ltda. (Projetos Ambientais e Agroindustriais). É Especialista em Associativismo e Cooperativismo pela Unissinos - São Leopoldo (1985) e em Gestão Ambiental nas Organizações pela Faccat - Taquara (2001). Sempre atuou como articulador político, buscando espaços para o efetivo exercício profissional dos Zootecnistas.

HISTÓRIA DA ABZ

Em 1966, em Uruguaiana (RS), era fundada a primeira faculdade de Zootecnia. Dois anos depois, no dia 4 de Dezembro de 1968, a profissão de Zootecnista era regulamentada. Mais de vinte anos se passaram até a criação da Associação Brasileira de Zootecnistas (ABZ). No dia 24 de Setembro de 1988, na Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP, foi realizada uma assembléia, presidida por Mateus José Rodrigues Paranhos da Costa, onde foi decidida a fundação de uma entidade para os zootecnistas do país. A proposta foi votada pelos presentes e o resultado foi favorável à fundação da ABZ. O primeiro passo foi a elaboração do estatuto, o que culminou com a eleição da seguinte diretoria: **Presidente**, Luiz Augusto Muller; **Vice-Presidente**, Reginério S. Faria; **Secretário Geral**, Sérgio Sanvastano; **Tesoureiro**, Mateus José Rodrigues Paranhos da Costa. O **Conselho Fiscal Efetivo**, foi composto por: Clóvis Marcello de Sá e Benevides Filho, José Paulo de Oliveira e Dagoberto Silveira da Conceição Jr.. O **Conselho Fiscal Suplente** foi: Isac Maggi Kras Borges, Cristina Piazza Treu e Francisco Assis Nunes.

No dia 25/10/98, ocorreu a primeira reunião da diretoria executiva, na sede do CRMV/SP, onde passou a funcionar a sede da ABZ. A primeira medida discutida foi a necessidade de levar aos colegas a notícia da criação da ABZ, bem como sensibilizar a todos sobre a importância da filiação à entidade. Foi então criado um folder com informações sobre a ABZ e uma ficha de inscrição.

Desde o dia 25/10/98 até hoje, três presidentes passaram pela ABZ. Atualmente a ABZ é presidida por Marcos Elias Traad da Silva (PR).



ZOOTECNIA E FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL

Os conselhos de fiscalização das profissões, em sua grande maioria, foram criados numa época em que as instituições mantinham-se sob a influência do regime militar. A estrutura organizacional era voltada, aos aspectos da punição, muito além da sua grande possibilidade de indução do desenvolvimento qualitativo do exercício profissional.

Recentemente, houve tentativas de alteração da legislação que regulamenta tais entidades. Os conselhos passaram a ter personalidade jurídica de caráter privado (inicialmente definida por medida provisória, que foi transformada em lei). Sua criação, dependeria de autorização legislativa, situação na qual poderia-se, em curto espaço de tempo, observar a disseminação das instituições com este fim. Todavia, a referida lei foi cassada liminarmente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) como inconstitucional e tudo voltou a ser como antes.

Independente da questão meramente jurídica que determina a personalidade dessas instituições, os Zootecnistas querem um conselho próprio para a sua profissão. Isto justifica-se, uma vez que já encontram-se maduros e com representatividade que requer a ampliação da fiscalização, em benefício da própria sociedade.

E quais seriam as vantagens de a Zootecnia ter um conselho próprio ?

É necessário enfatizar que os conselhos são das profissões e não dos profissionais. Por este motivo, em 1998, a ABZ fez gestão ao Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) para que a Zootecnia pudesse ter mais participação política naquela instituição. Se assim é, devem estar representadas ambas as profissões e a denominação atual do Conselho de Medicina Veterinária é imprópria pois não evidencia a Zootecnia como integrante da sua estrutura. Foi solicitada, à época, a alteração do nome do CFMV, para CFMVZ. Isso daria maior caracterização à Zootecnia no

a denominação atual do Conselho de Medicina Veterinária é imprópria pois não evidencia a Zootecnia como integrante da

âmbito da sua instituição de fiscalização.

Como o maior problema da Zootecnia na atual estrutura dos conselhos de Medicina Veterinária é a representatividade, também foi requerida a participação obrigatória de dois Zootecnistas nas chapas que concorrem às eleições, sendo um

cargo de diretoria e um de conselheiro efetivo. Além disso, também entende-se como de suma importância, fazer valer os votos das associações estaduais de Zootecnistas e da própria ABZ, para a eleição do Presidente do CFMV (isso já ocorre com as sociedades de Medicina Veterinária), razão pela qual, também incluiu-se este item nas reivindicações.

Na medida em que há críticas à estrutura organizacional da instituição à qual até o momento a Zootecnia pertence, também foi reivindicada a existência de Câmaras Deliberativas, como forma de conferir mais abertura administrativa ao sistema CFMV/CRMV. Isso poderia tornar as ações da Diretoria Executiva mais respaldadas, e, teoricamente, mais técnicas e menos sujeitas às interferências resultantes de questões corporativistas entre profissões (resquícios do regime à época em que foram geradas). Estas questões envolvem basicamente a busca por espaço no mercado de trabalho, muitas vezes de forma pouco ética.

As reivindicações que fizemos, não foram atendidas na sua plenitude, o que nos indicou o caminho para ser seguido. Entre as profissões que não são fiscalizadas por um conselho próprio, está a Zootecnia, criada desde 13 de maio de 1966. A regulamentação da profissão,



deu-se através da Lei n.º 5.550/68, bem como o seu vínculo temporário ao Conselho Federal (e aos Regionais) de Medicina Veterinária (CFMV) foi determinado pelo mesmo instrumento legal.

Passados 35 anos, então, a Zootecnia avançou de forma significativa, apresentando um intensivo processo de evolução científica e tecnológica. Atualmente, é "adotada" como carreira por mais de quarenta faculdades no Brasil, em muitas das quais, também com Mestrado e Doutorado, tornando-se assim referência para aqueles que querem dedicar-se à produção de animais de interesse econômico e social.

A mesma Lei 5.550/68, como não poderia deixar de manter o vínculo com o já invocado regime de exceção, manteve (e mantém até hoje) um dispositivo (alínea C) que tem sido deveras maléfico à evolução qualitativa da produção animal como ciência, na medida em que possibilita aos Médicos Veterinários e Engenheiros Agrônomos (diplomados na forma da Lei), o pleno exercício da Zootecnia. Quanto à essa injustiça, existe um elenco de razões para causar indignação. Mas, não cabe aqui a projeção do mesmo pensamento vinculado ao passado, havendo questões mais interessantes e produtivas para reflexões.

Atualmente, milhares de Zootecnistas estão inscritos no CFMV, através dos regionais nos Estados - sendo representados pela Associação

Brasileira de Zootecnistas (ABZ) - mantendo importante colaboração para o avanço da atividade agropecuária, em busca do merecido espaço no ambiente de trabalho. Contudo, várias têm sido as manifestações (desde a criação da ABZ, aos 24 de setembro de 1988) para a participação ativa dos zootecnistas nas definições técnicas e políticas, dos Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária, nas mais diversas oportunidades. Simplesmente acreditamos que Veterinários e Zootecnistas têm uma missão que deve ser enfocada de forma equilibrada, dando-se prioridade às questões sociais, face aos desastrosos indicadores de vida qualitativa do país, e não às mediocres intervenções individuais.

Porém, a ressonância do ponto de vista da ABZ tem esbarrado frontalmente com o individualismo, centrado em alguns daqueles que mantêm influência sobre as decisões políticas dos Conselhos de Medicina Veterinária, o que obriga os Zootecnistas a atitudes arrojadas, ou seja: "a constituição do Conselho de Fiscalização do Exercício da Zootecnia (CFZ), sob a coordenação da ABZ".

Não trata, tal atitude, de uma decisão corporativista, tendo em vista que os dez anos de negociações já deveriam ter resultado em avanços significativos. Contudo, a história do nosso país, tem demonstrado que deve ser contínuo o espírito da busca das instituições democráticas, mesmo que

ainda seja visível a estagnação do comportamento norteado pelo estigma do regime escravista, que predominou durante séculos neste nosso vasto território.

Quem sabe, se mantendo-se o mesmo poder de barganha das profissões que têm seus próprios conselhos, a Zootecnia pode adquirir mais respeito e ser melhor compreendida? O que é absurdo, mas, na realidade, retrata o quanto é necessário evoluir para a obtenção do tão almejado desenvolvimento.

Talvez seja este um ponto de partida para que possa haver um trabalho mais articulado entre as profissões de Ciências Agrárias, o que deverá culminar com benefícios à nossa gente, que de forma incansável e sobretudo heróica, tem buscado melhores indicadores sociais e econômicos.

Por outro lado, a Zootecnia tem a certeza que a constituição de uma entidade com uma moderna estrutura organizacional, atenda, em primeira instância, aos interesses daqueles que desfrutarão dos seus serviços. Nesse particular, a ABZ adquiriu ampla experiência, calcada nas ações que almejam resultados de médio e longo prazos, que devem ser sobrepostas aos anseios imediatos.

Porém, é necessário maior capacidade de mobilização, situação que só ocorrerá pela dedicação de um pouco do tempo de cada um para a ABZ e para as causas da Zootecnia.



ZOOTEC

Na primeira edição da Revista Zootecnia Brasileira decidimos caracterizar a importância do nosso Congresso Brasileiro de Zootecnia, o ZOOTEC, que tem dado importantes contribuições ao crescimento qualitativo da zootecnia nacional. É desejável, portanto, que seja mantido o registro oficial sobre a sua criação, e enaltecido o papel daqueles que têm mantido empenho à árdua tarefa de presidí-lo.

Tudo começou sem uma definição logística para o evento quanto à sua periodicidade, formato e abrangência, isso, muito antes de Belo Horizonte, ocasião em que entre os dias 26 e 28 de maio de 1997, na UFMG, realizamos a VII versão do nosso congresso. Mas, foi a partir dali que passamos a denominá-lo de ZOOTEC, por sugestão e criação do Zootecnista, Professor Walter Motta Ferreira, presidente do evento em 97. Naquela ocasião, reunimos cerca de 400 pessoas, num evento que marcou o início da profissionalização do congresso, que passou a ter espaço no calendário nacional de eventos. Foi a partir daquele mesmo ponto que a ABZ passou a ser a promotora oficial do congresso, sendo, por esse motivo, mais conhecida pelos zootecnistas.

O nosso encontro subsequente não foi agendado oficialmente, mas havia a disposição de que a sua realização fosse com a UF-PE,

para que pudéssemos agregar os companheiros do nordeste, promovendo maior intercâmbio da ABZ com os zootecnistas. E assim surgiu o ZOOTEC, em 1998, na sua oitava versão, presidido pelo Professor Zootecnista Severino Benone Paes Barbosa. O público, à época, foi de 370 pessoas, em meio à uma greve das universidades federais no país, sendo, por esse motivo, um marco do esforço empreendido por aqueles que organizaram o evento.

O IX ZOOTEC, foi realizado em Curitiba, no ano de 1999, com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, com público de 480 pessoas, tendo sido presidido pelo Zootecnista, Presidente da ABZ, professor Marcos Elias Traad da Silva. A principal marca da nona versão do evento foi a sua intensiva divulgação na mídia e o caráter político do seu enfoque, que trouxe à tona, a necessidade de maior integração dos países da América Latina quanto à definição das políticas de desenvolvimento para a agropecuária.

A décima versão do congresso, foi presidida pelo Zootecnista, Professor Wilson Moreira Dutra, nas dependências da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, tendo sido "inaugurada" a fase internacional do evento, com tal denominação. Reuniu-se um público de cerca de 370 pessoas, com uma considerável participação de profissionais

ligados ao setor agropecuário, além da assídua participação dos estudantes de zootecnia do país.

A mais recente rodada do ZOOTEC, em 2001, foi realizada em Goiânia, presidida pelo Zootecnista, Professor Bruno de Souza Mariano, na Universidade Católica de Goiás, superando qualquer expectativa de público, com 1.440 participantes, consolidando definitivamente o evento maior da Zootecnia nacional.

É necessário ressaltar que estabeleceu-se uma estreita relação do ZOOTEC com dois eventos de suma importância para o avanço da Zootecnia, o Fórum Nacional das Entidades de Zootecnistas, que discute questões ligadas à política profissional, presidida pela ABZ, e a Reunião Anual de Ensino da Zootecnia, que discute o ensino da Zootecnia no país e é presidida pela Comissão Nacional de Ensino da Zootecnia, do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

A ABZ, imbuída em manter o **Congresso Brasileiro de Zootecnia** sob a sua tutela, e em busca da união dos profissionais e estudantes, optou por registrar o evento como uma das suas marcas. Desta forma, pretende ressaltar o trabalho competente e dedicado daqueles colegas, que se mantêm como porta-vozes do avanço da nossa profissão, aos quais prestamos nossos sinceros agradecimentos e nossas homenagens.



ABZ - PRESTANDO CONTAS

O espaço Prestando Contas deve ser utilizado por entidades de zootecnistas, para divulgar suas lutas e conquistas. Assim, solicitamos que todas mantenham atualizadas as suas contribuições, através do nosso site na internet: www.abz.org, nos trinta dias antecedentes à próxima edição da Revista Zootecnia Brasileira, prevista para fevereiro de 2002.

Os avanços obtidos com as ações da ABZ, apresentam aspectos positivos e negativos. Ressaltamos como negativo, a nossa falta de comunicação com os colegas. Tal situação poderá ser sanada a partir do momento em que o vínculo com a ABZ for estabelecido pela assinatura da revista. O suporte necessário ao nosso crescimento está vinculado ao aporte de recursos para melhor administrarmos o nosso "negócio", que será centrado no atendimento às demandas das nossas aspirações. Com certeza a associação tem sido uma instituição frágil, e não tem conseguido manter vínculos maiores com seus profissionais, por inúmeros motivos.

Assim, aproveitamos para ratificar um apelo aos colegas: "organizem-se nas suas regiões, dedicando-se pelo menos um pouco ao engrandecimento das associações, sindicatos, centros acadêmicos, etc.. Isso pode nos impulsionar, engrandecendo ainda mais a Zootecnia. Se não existem associações ou sindicatos no seu

Estado, os constituam, pois só desta forma seremos mais ágeis e obteremos melhores resultados nas nossas abordagens".

O tempo está nos mostrando, também, que necessitamos renovar as nossas lideranças e fortalecer nossas

e somente com o direcionamento de recursos próprios será possível promover uma boa campanha sobre a nossa importância.

Estamos dando andamento à criação do nosso Conselho Profissional e não pensem que isso tem sido



Audiência com o Ministro Francisco Dornelles (Trabalho), para tratar de assuntos relativos ao conselho de zootecnia

entidades, para concluirmos a nossa missão como colaboradores na construção de um futuro melhor para a Zootecnia.

Ao acompanhar processos de exclusão de Zootecnistas, sob diversos aspectos, nossas iniciativas têm sido desenvolvidas no sentido de solicitar atenção aos nossos profissionais. Isso, muitas vezes tem nos possibilitado a publicação de novos editais de seleção, com espaço para os Zootecnistas antes não contemplados. Ocorre que o nosso "poder de fogo" é pequeno

deixado de lado. No momento, temos nova legislação sobre o assunto e em função disso estamos articulando algumas questões de ordem política para que em breve possamos ter boas notícias para os colegas. Mantivemos importantes contatos com os Ministros Pedro Parente (da Casa Civil) e Francisco Dornelles (do Trabalho), além de outras lideranças, para articularmos ações para a criação do nosso conselho. Temos ainda mantido intercâmbio com a Associação dos Arquitetos do Brasil, que pleiteia criar o seu próprio



conselho de fiscalização desvinculado do sistema Confear/CREA.

Continuamos insistido nas realizações dos Fóruns Nacionais de Entidades de Zootecnistas, tentando colher subsídios ao planejamento das nossas ações. Isso tem sido importante para reflexões sobre os erros cometidos e sobre as nossas limitações em darmos vazão a tudo que necessitamos. Ao sair dos debates dos fóruns, fortalecemos a convicção de que temos que avançar e superar desafios, representando os anseios da Zootecnia Nacional, sob o contínuo processo de avaliação dos colegas, o que é de extrema dificuldade e responsabilidade.

Articulamos a realização de vários ZOOTECS. Todos obtiveram êxito, graças ao empenho daqueles que têm aceitado o desafio em organizá-los. A marca ZOOTECS – Congresso Brasileiro de Zootecnia, pertence à ABZ, e está em trâmite de registro definitivo.

A Comissão Nacional de Ensino da Zootecnia (CNEZ), foi instituída pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) em 1992. A associação à época presidida pelo colega Jorge Correia, teve papel importante para a criação da CNEZ. A comissão de ensino tem trabalhado intensivamente, e obtido significativos avanços, caracterizados pela competência daquilo que tem publicado, e pela forma como tem envolvido as Instituições de Ensino Superior de Zootecnia do país. A nossa representação junto à Comissão de Especialistas em Ciências Agrárias (CECA) do MEC também está garantida, na medida em que

desde a saída do Professor José Paulo de Oliveira (zootecnista da UFRRJ), não tínhamos zootecnistas entre os seus membros. Isso foi conseguido, através de ações políticas da ABZ. Atualmente, temos dois zootecnistas na CECA, os Professores Paulo Rossi Júnior (UFPR) e Beatriz Lempp (UFGO). Avançamos junto ao Ministério da Agricultura na medida em que temos um elenco de zootecnistas como Fiscais de Defesa Agropecuária, o que nos garante a possibilidade de ingresso

Zootecnia é dos zootecnistas e, no futuro, deverá ser de domínio exclusivo, tendo em vista que o mundo moderno deve admitir competências abrangentes, mas também as tendências de especialização das diferentes profissões que surgem. Neste particular, fazemos um apelo aos colegas: “ocupem o máximo dos espaços na mídia, para que sejamos mais reconhecidos por todos”.

O símbolo da Zootecnia também é de propriedade da ABZ. Demos entrada no seu registro no



Audiência com o Ministro Pedro Parente (Casa Civil), para tratar de assuntos relativos ao conselho de zootecnia

naquela carreira. Antes, isso não era possível. Para tanto, mantivemos, desde 1996, contato com os diversos ministros, sempre procurando envidar esforços para realçar a importância da nossa profissão nas diferentes áreas de trabalho daquela pasta.

Temos também mantido constante atuação em veículos de imprensa regional, para divulgarmos a Zootecnia como uma área de domínio de profissionais habilitados. Em que pese a inconseqüência da alínea C da Lei 5.550/68, a sociedade tem que ser informada que a

Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), sendo que, na Zootecnia Brasileira, estamos comunicando as suas características, e autorizando o seu uso direcionado. Entretanto, faremos campanha nacional para que os colegas e estudantes sejam vigilantes quanto ao seu uso comercial, que deverá ter expressa autorização da ABZ. Enfim, como dissemos, ainda temos uma longa jornada pela frente, que deverá contar com mais participação e colaboração de todos.



AÇÕES DA COMISSÃO NACIONAL DE ENSINO DE ZOOTECNIA EM 2001

A Comissão Nacional de Ensino de Zootecnia (CNEZ), é presidida por Walter Motta Ferreira (UFMG), tendo como membros : Célia R. O. Carrer (USP), Francisco F. R. de Carvalho (UFRPE), José P. de Oliveira (UFRRJ) e Wilson M. Dutra (PUC-RS). Para estabelecer um plano de trabalho para as suas ações em 2001, reuniu-se com o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), propondo a realização de Seminários Regionais de Ensino.

Os seminários seriam preparatórios para o fórum de discussão da VII Reunião Nacional de Ensino de Zootecnia (realizada no ZOOTEC 2001). Participaram dos seminários, coordenadores de cursos, representantes docentes e discentes das Instituições de Ensino Superior (IES) das regiões envolvidas (16 representantes no dia 16/03, no Rio de Janeiro e 13 em Recife no dia 6/04).

Os resultados das discussões dos seminários regionais de ensino foram submetidos na plenária do fórum, na VII Reunião Nacional no ZOOTEC'2001. Participaram 63 pessoas, incluídos os representantes de 35 instituições de ensino, pesquisa, extensão, e de governos estaduais e federal. Para cada tema discutido elaborou-se um dossiê de idéias, informações e sugestões:

EXAME DE SUFICIÊNCIA PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL

O exame de suficiência foi trazido à discussão por sugestão da Diretoria do CFMV, para que fossem colhidos subsídios para a viabilidade da sua implantação para acesso ao mercado de trabalho.

Com base nos dois Seminários Regionais e na VII Reunião Nacional, foram traçadas algumas considerações. Aprofissão de zootecnista, regulamentada pela Lei nº 5.550/68, tem seu perfil claramente demarcado, abrangendo sua participação no desenvolvimento, promoção, aplicação, difusão e melhoria de conhecimentos relativos aos complexos e interativos sistemas de produção animal.

A profissão apresenta uma particularidade que a distingue das demais profissões das Ciências Agrárias: o seu exercício não é de competência exclusiva dos zootecnistas. Agrônomos e veterinários diplomados na forma da Lei também podem exercê-la. Não obstante, se reconhece que a Zootecnia contém alguns campos do saber comuns à ciências afins que concorrem no exercício profissional multifacetado. Com isto, também detectamos a adicional atuação nestes campos de outros profissionais de nível superior como biólogos, zoólogos, geólogos, engenheiros de alimentos, químicos, rurais, florestais, de pesca, economistas e administradores rurais, entre outras profissões regulamentadas.

Assim, conclui-se que a aplicação de um exame nacional para aferição das condições de conhecimentos para o zootecnista se reveste como de complexidade. Além disso, avalia-se que o principal risco de injustiça que se possa cometer na aplicação do exame, está relacionado ao fato de existirem agrupamentos profissionais habilitados, por força da Lei, para o exercício de campos do saber associados à profissão, que estão fora do controle do sistema CFMV/CRMV, e que para isso, não estariam sendo examinados ou excluídos do acesso ao mercado de trabalho. Também, não se observa a possibilidade de se produzir um mecanismo de avaliação tão eficiente para permitir a distinção de alguns profissionais de outros, a partir de uma avaliação pontual que pode falhar no atendimento do conceito de abrangência de atuação profissional.

Outra análise indica que o exame de suficiência pode prejudicar alguns zootecnistas, por possibilitar excluí-los de um processo de concorrência livre no mercado de trabalho que é ainda baseado na relação da oferta e procura por profissionais mais competentes, estando os menos aptos naturalmente rejeitados pelo sistema.

A Lei 5550/68 dá permissão à atuação multiprofissional na Zootecnia e deve ser considerada, uma vez que a justificativa de



inclusão nesta lei dos agrônomos e veterinários, se fundamentava no escasso efetivo de zootecnistas que só seriam formados ao longo dos anos. Logo, considerando que num país propalado como "Celeiro do Mundo", exista menos de 10.000 profissionais formados em Zootecnia e que, anualmente, de acordo com o Instituto de Pesquisas Educacionais (INEP), apenas 0,12% dos concluintes do ensino superior brasileiro pertencem à Zootecnia. Assim, não há neste momento, a necessidade de utilizar um instrumento de controle do efetivo profissional que as próprias regras do mercado de trabalho já não efetuem.

Também foi considerado que a formação de um profissional zootecnista com um mínimo de habilidades e competências, exige uma dedicação entre 4,5 e 5 anos, com carga horária média de 5.200 horas. Esta, constituída por ampla gama de conteúdos teóricos e práticos, distribuídos em disciplinas e treinamentos acadêmicos profissionalizantes, que correspondem a mais de 60% do currículo pleno. A gama de conhecimentos adquirida pelos Zootecnistas, no tempo requerido para tanto, quando confrontada com a carga horária de outros grupamentos profissionais, indica menos de 15% de carga horária profissionalizante de campos do saber relacionados à Zootecnia, no caso dos veterinários e menos de 5% para o agrônomo.

Assim, se observa como insolúvel e incoerente a aplicação de um exame de suficiência com exigência de total amplitude para zootecnistas. Na hipótese de se implementar o exame, uma solução reparadora, seria habilitar os veterinários e zootecnistas para o exercício da Zootecnia, submetendo-os ao mesmo teste e credenciando-os pelo mesmo grupo de avaliadores. No entanto, ainda persistiria uma injustiça difícil de corrigir, devido que ao Engenheiro Agrônomo e aos muitos outros grupos profissionais de nível superior com algumas atividades afins nada se aplicaria para a mesma atribuição profissional;

Teoria e prática precisam estar mais associadas no oferecimento das disciplinas, para permitir uma formação mais sólida e estimular o interesse do aluno pelo curso.

Por último, considerou-se que existe diversidade regional e cultural no Brasil, o que gerou a necessidade de criação de áreas ou habilidades específicas para as diferentes Escolas e Faculdades de Zootecnia, sem que a competência profissional genérica do zootecnista fosse afetada. Uma

vez que a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação de 1996 estimula a diversidade regional na formação dos acadêmicos e futuros profissionais, indaga-se: como avaliar esta interessante colocação legal em sua totalidade a partir de um exame com características que relevariam apenas as homogeneidades da atuação profissional ?

Diante da presente exposição argumentada como subsídio ao CFMV, são expostas algumas conclusões dos seminários e na VII Reunião Nacional de Ensino de Zootecnia:

1) É importante estimular a melhoria da qualidade do ensino e é preocupação da CNEZ, das instituições e da categoria dos zootecnistas, formar profissionais cada vez mais competentes, respeitando as diversidades regionais do país. Além disso, a responsabilidade de avaliar a formação e a qualidade do ensino superior no Brasil, é do Ministério da Educação e do Desporto, cujos mecanismos estão sendo reformulados e já apresentam resultados satisfatórios.

2) O efetivo profissional de zootecnistas brasileiros é reduzido em relação aos outros profissionais com atuação nas ciências agrárias, não havendo necessidade, de se regular a participação competitiva no mercado de trabalho.

3) A criação de um exame de suficiência para os zootecnistas, com a finalidade de credenciá-lo ao exercício profissional, é injusta, uma vez



que não existem mecanismos que garantam que os outros profissionais de ciências agrárias sejam avaliados da mesma forma e com a mesma abrangência que o zootecnista.

4) A maior garantia de que o exercício profissional da Zootecnia será exercido com competência é a regulação pelas regras de oferta e procura impostas pelo próprio mercado de trabalho, além disso, o Brasil conta com instrumentos legais vinculados aos sistemas de controle e fiscalização profissional e a Lei do Código de Defesa do Consumidor para proteger a Sociedade de profissionais que não exerçam suas funções e obrigações a contento.

Pelo exposto, a CNEZ decidiu recomendar ao CFMV que o exame de suficiência para o exercício profissional do zootecnista neste momento é prematuro, necessitando de maiores estudos e análises de reflexão sobre os dados e conjunturas prospectivas.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

A partir de dados em estudo pelo MEC, a avaliação do ensino superior no Brasil, discutida nos debates, foi capaz de elucidar algumas dúvidas e também apresentar considerações.

Informações fornecidas pelo INEP, indicam que só integrarão novos cursos no Provão, os que formam um maior contingente por ano. Hoje a avaliação do MEC já atingiu 80% do total dos

formandos. A meta é chegar a 2002 com 83% dos formandos e estabilizar neste patamar. Sendo o impacto dos formandos de Zootecnia menor que 0,12% do total de formandos de graduação no Brasil, não deverão estar no Provão no ano que vem, nem em médio prazo.

Como não existem dados atualizados sobre o perfil da educação e das condições de oferta das escolas de Zootecnia no Brasil (os últimos dados disponíveis sobre o ensino da Zootecnia foram colhidos e divulgados no relatório da CNEZ, em 1993, com indicadores do início da década de 90). As faculdades representadas, julgaram importante que o CFMV realize estudos sobre o perfil atual das escolas e sobre as condições de oferta do ensino de Zootecnia no Brasil. Este trabalho é de suma importância e servirá de base para futuras decisões e como colaboração às IES na indicação de eventuais deficiências.

IMPLANTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES: PROCESSO, TENDÊNCIAS E PROBLEMAS

A inclusão deste tema nos seminários e na VII Reunião de Ensino teve como propósito rever os aspectos mais relevantes do documento de Diretrizes Curriculares (DC), elaborado pela Comissão Nacional de Ensino de Zootecnia. Tal documento já faz parte do conjunto de recomendações curriculares para os cursos de graduação em

Zootecnia, uma vez que as DC propostas pela Comissão de Especialistas em Ciências Agrárias (CECA) representaram um tímido avanço em relação ao antigo currículo mínimo.

Os debates sobre o tema, resultaram em considerações e conclusões como síntese dos três seminários.

1) A demora para a aprovação final das DC pelo Conselho Nacional de Educação tem prejudicado a implantação de mudanças nos cursos de Zootecnia. Tal problema é mais acentuado nos cursos mais antigos, tendo em vista que os que vêm sendo implantados nos últimos anos já foram baseados, em grande parte, nas DC propostas pela CNEZ. Apesar de não serem oficializadas pelo MEC, muitas Universidades estão elaborando seus projetos pedagógicos e novas estruturas curriculares baseadas nestas mesmas diretrizes.

2) Existe a necessidade de conciliar uma reformulação pedagógica dos cursos que não esteja pautada unicamente nos conteúdos de disciplinas, sugerindo-se que as discussões curriculares sejam feitas sobre as diferentes grandes áreas consideradas fundamentais para a formação do zootecnista, de forma a que os temas sejam trabalhados de maneira global e abrangente, conforme prevê a proposta da comissão. Teoria e prática precisam estar mais associadas no oferecimento das disciplinas, para permitir uma formação mais sólida e estimular o interesse do aluno pelo curso.

Quanto à flexibilização



da estrutura curricular, foi detectado que existem resistências institucionais em aderir às propostas inovadoras feitas pela CNEZ. Isso, pela falta de discussões interdisciplinares para promover adequações de conteúdos, especialmente entre disciplinas básicas e profissionalizantes, dentro da perspectiva de encaideamento curricular. Ressalta-se que nas instituições públicas, a flexibilização tem sido mais difícil, principalmente em função de estruturas departamentais fechadas.

Em relação ainda à flexibilização, foram apresentadas sugestões, como a instituição de tutorias supervisionadas semestrais, para acompanhamento dos alunos durante o transcorrer do curso, envolvendo-o em atividades extracurriculares de ensino, pesquisa e extensão. Para isso, deverá haver uma forma de contabilizar a carga horária como atividades complementares. Houve a proposta de criação de mecanismos do tipo disciplinas "Guarda-Chuva", com caráter optativo, para que estas atividades realizadas fora do âmbito das IES pudessem receber créditos dentro dos currículos, permitindo que os alunos possam conduzir, dentro do perfil do curso, sua formação em habilidades e competências de seu interesse profissional e intelectual.

Há uma tendência atual para a adequação do currículo entre 4 e 4,5 anos de duração, com 3.800 a 4.000 horas, onde o estágio supervisionado

poderia ser iniciado a partir do 3º ou 4º semestre, para possibilitar a retroalimentação do sistema, e com os alunos tendo estágios vivenciais desde o 1º período do curso.

Reforçou-se ainda a idéia de que os currículos devam ter espaço suficiente para disciplinas optativas que atendam as necessidades regionais ou a vocação dos alunos. Parte dessa necessidade poderia ser atendida com a transposição de algumas disciplinas obrigatórias para o elenco de optativas e que outras disciplinas optativas complementares fossem inseridas nas estruturas curriculares. Um sistema de acompanhamento contínuo da formação do aluno deve estar incluído no projeto pedagógico dos cursos.

Como conclusões dos seminários regionais e da VII Reunião Nacional de Ensino neste tema, ficou patente a necessidade de cada vez mais aliar os conteúdos teóricos à prática, como estímulo de novas habilidades. Muitas vezes a escassez de recursos dificulta a implementação de projetos pedagógicos inovadores. Porém, deve-se ter a preocupação de adequar conteúdos e práticas pedagógicas que promovam um verdadeiro encaideamento dos assuntos, racionalizando custos e eficiência do processo ensino-aprendizagem.

As entidades representadas nos três seminários de ensino sugerem que sejam ampliados os debates para avaliar novos projetos pedagógicos, os quais, poderão

contribuir para o enriquecimento da proposta de DC, auxiliando as instituições de ensino na reformulação de suas estruturas curriculares e contribuindo para formação de profissionais de excelência.

Foi ratificada a necessidade de se levantar as condições de oferta dos cursos de Zootecnia do país, para verificar as peculiaridades regionais, além de diagnosticar os entraves para a implantação das novas Diretrizes Curriculares. É também importante, o acompanhamento dos projetos pedagógicos das diferentes IES, o que irá auxiliar no diagnóstico da realidade educacional do ensino de Zootecnia no Brasil, visto que os órgãos oficiais não dispõem de informações atualizadas nesta área. Para tanto, já foram contatados os membros zootecnistas na Comissão de Especialistas em Ciências Agrárias da SESu/MEC, que concordaram em contribuir na preparação de um questionário padronizado, nos parâmetros pedagógicos mais relevantes para o levantamento de dados estatístico sobre as condições de oferta dos cursos de Zootecnia no Brasil, baseado no instrumento já utilizado pela SESu/MEC, o que tornará mais completo e eficiente esse trabalho. Essa proposição da CNEZ ao CFMV, deve se constituir na base do plano de trabalho para o 2º semestre de 2001.

Walter Motta Ferreira
Pela CNEZ.



PROJETO INOVADOR INCREMENTA OVINOCULTURA

Produção de carne ovina atendendo aos padrões de qualidade exigidos pelo mercado consumidor. Esse é o principal objetivo de um programa estadual para a produção de ovinos, conhecido como Programa Cordeiro do Paraná, que está sendo conduzido pelos diferentes segmentos da ovinocultura paranaense. Além disso, o programa visa desenvolver todos os segmentos da cadeia produtiva e comercial. Segundo Rosalino Zat, Zootecnista da EMATER/PR: “o produtor vai obter maior eficiência reprodutiva com menor custo e haverá uma oferta de carne ovina com qualidade, sem resíduos químicos, mais macia e com menos colesterol, durante todo o ano”. Como produto, o programa busca basicamente oferecer desde cordeiros precoces, abatidos com 90 dias com 15 quilos de carcaça, até animais adultos, que serão usados exclusivamente para embutidos e charque.

Os resultados iniciais das pesquisas realizadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), região do segundo planalto paranaense, são apresentados pelo Zootecnista Professor João Ricardo Alves Pereira (UEPG) e pelo Técnico Agropecuário Izaltino Cordeiro dos Santos (Fazenda Escola – UEPG).

Embora o estado do Paraná seja referência em várias atividades pecuárias, boa parte de nossa ovinocultura ainda é bastante incipiente. Com exceção de algumas cabanhas, boa parte de nossa produção provém de criações de pequeno e médio porte onde geralmente representam a atividade econômica secundária da propriedade.

Nos últimos tempos a ovinocultura vem sofrendo rápidas e profundas modificações para atender as exigências de mercado desencadeadas pela drástica redução de entrada de carne ovina no estado, decorrente da imposição de barreiras sanitárias frente aos demais estados do país e principalmente da carne oriunda de países do cone sul.

A intensificação na velocidade do crescimento muscular aliada a rápida

terminação da carcaça parecem ser a maneira mais factível e eficiente de se obter um produto de qualidade superior e de competitividade no mercado consumidor de carnes. Para tanto, pesquisas orientadas para o desenvolvimento de sistemas adequados de nutrição, sanidade e manejo para a intensificação da produção de cordeiros se fazem necessárias.

Na fazenda escola da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) há anos vem sendo desenvolvido um projeto de Produção Intensiva de Ovinos. Numa primeira etapa, fez-se a melhoria do padrão genético do rebanho, oriundo de um programa estadual de fomento a atividade, através de cruzamentos direcionados a animais especializados para produção de carne. Nos últimos dois anos o projeto foi direcionado a exploração

máxima do potencial produtivo inerente aos ovinos.

O aumento no número de cordeiros por parto e a frequência de partos têm profundo impacto sobre a eficiência produtiva do rebanho. Em geral, a maioria das raças exploradas para produção de carne tem um parto por ano, concentrado no período de inverno, decorrente da estação de monta que acontece no outono.

A transferência das ovelhas, durante o período de encarneamento, para áreas de pastagem de boa qualidade e ou suplementação com alimentos de maiores teores protéico e energético elevam rapidamente seu peso e implicam em significativa ele-vação da taxa de concepção. A espécie ovina, quando em condições ideais de nutrição e manejo, pode apresentar índices de natalidade de até 150% e intervalos de parto em torno



concepção. A espécie ovina, quando em condições ideais de nutrição e manejo, pode apresentar índices de natalidade de até 150% e intervalos de parto em torno de 8 meses, possibilitando a ocorrência de 3 partos a cada 2 anos.

No projeto da UEPG, as ovelhas, após o desmame (60 dias pós parto), são mantidas em áreas de pastagem e recebem suplementação a base de silagem (milho ou sorgo) e ração concentrada. Aliado a presença do macho somente durante a noite, este manejo permite taxas de concepção que variam de 70 até 95%, para períodos mais críticos de verão e inverno e dentro da estação de monta, respectivamente. O estímulo à reprodução fora do período de monta é um dos fatores fundamentais para redução na sazonalidade de oferta da carne ovina, fato que dificulta o planejamento da atividade para um fornecimento contínuo e de qualidade constata do produto.

Para antecipar a idade de abate dos machos é necessário explorar ao máximo as fases de crescimento dos animais. O animal cresce pelo estímulo que recebe de sua herança genética, manifestada pela ação de hormônios e de

fatores externos, dentre os quais, a nutrição desempenha papel fundamental. O crescimento do tecido muscular, leia-se carne, é máximo durante a fase que vai do nascimento até a puberdade, que para os ovinos corresponde aos 6 primeiros meses de vida.



Para alimentação diferenciada dos cordeiros, no projeto da UEPG, deve-se usar a técnica de alimentadores seletivos (creep-feeding), deixando ração de boa qualidade sempre a disposição dos animais. Os cordeiros não têm acesso a pastagem até a ocasião do abate, que ocorre entre 75 e 90 dias de idade, dependendo da raça; a amamentação ocorre

durante toda a noite, período em que as ovelhas permanecem com os cordeiros. Deve-se buscar a máxima produção de leite da ovelha durante sua lactação para um melhor desempenho do cordeiro. Na tabela 1 são apresentados os resultados de desempenho dos cordeiros durante o período.

O confinamento dos cordeiros até o abate tem possibilitado índices de mortalidade muito baixos, decorrentes da não exposição destes animais à intempéries e contaminações por endoparasitas.

A carne produzida neste sistema tem qualidade muito superior à produzida por animais criados em condições extensivas e abatidos mais tardiamente, destacando-se seu baixos teores de gordura. As carcaças apresentam em média 3 mm de gordura de cobertura, e constituem-se de gorduras de baixa saturação. A carne de cordeiro produzido de forma intensiva tem também como ponto favorável o sabor característico da carne ovina muito pouco evidente, fator este de grande importância para a maior aceitação do produto junto ao consumidor. Contrária a afirmação de que a produção de animais confinados apresenta alto custo de produção, a produção de cordeiros neste sistema tem mostrado-se altamente viável, desde que explorada a máxima eficiência produtiva da espécie, principalmente sua maior prolificidade e potencial de ganho de peso. Análises econômicas preliminares indicam rentabilidade variando entre e 20% e 30%.

Tabela 1. Desempenho dos cordeiros produzidos no sistema intensivo

Idade (dias)	Peso (kg)	GP* (kg/dia)	GC* (kg/dia)
Nascimento	4,0	-	-
30	15,0	0,370	0,178
60 (desmama)	25,0	0,333	0,160
90 (abate)	35,0	0,333	0,160

*GP = Ganho de Peso; GC = Ganho de Carçaça;
Rendimento de carçaça = 48%



FACULDADES DE ZOOTECNIA NO BRASIL

Desde a criação do primeiro curso de Zootecnia no Brasil, em 1966, na Pontifícia Universidade Católica de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, até hoje, foram criadas 44 faculdades em todo o território nacional. Existe expectativa de aumento deste número de escolas, tendo em vista que temos notícias da autorização de um curso em Imperatriz do Maranhão e outro com processo em andamento em Ponta Grossa No Paraná.

Informações levantadas pela Comissão Nacional de Ensino da Zootecnia (CNEZ), mostradas no quadro abaixo, indicam uma relativa procura pelos cursos de zootecnia, principalmente nas instituições de ensino superior (IES) públicas.

Quadro: Relação Candidato (C) / Vaga (V) em algumas IES de Zootecnia do Brasil no vestibular 99.

IES da Zootecnia	Candidato/Vaga
Universidade Federal de Lavras (UFLA – MG)	16,1
Universidade de São Paulo (USP - Pirassununga)	12,8
Universidade Estadual Paulista (UNESP – Botucatu)	10,6
Universidade Federal de Viçosa (UFV - MG)	8,8
Universidade Estadual Paulista (UNESP – Jaboticabal)	7,8
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM - RS)	6,6
Universidade Estadual de Maringá (UEM - PR)	6,5
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	4,5
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	3,7
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	3,4
Universidade Federal da Paraíba (UFPB – Areia)	3,3
Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)	0,7
Pontifícia Universidade Católica de Uruguaiana (PUC)	0,2

FONTE: CNEZ, 2001



CONTATO COM AS FACULDADES

Procurando tornar disponível os contatos com as instituições mantenedoras de ensino de Zootecnia, a Zootecnia Brasileira apresenta uma listagem das faculdades no Brasil, enviada pela CNEZ.

ALAGOAS

1. Fundação Universidade Estadual de Alagoas
Telefax: (0XX82) 530 3382
funesa@oops.com.br

2. Universidade Federal de Alagoas
Telefone: (0XX82) 214 1100
ufal@ufal.br

AMAZONAS

1. Faculdade Batista de Manaus

BAHIA

1. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Telefone: (0XX77) 424-1143;
uesb@uesb.com

CEARÁ

1. Universidade Estadual do Vale do Acaraú
Telefone: (0XX88) 613-1213;
Fax: 613 1895
E-mail: reitoria@unavet.br

2. Universidade Federal do Ceará

DISTRITO FEDERAL

1. Faculdade Terra de Brasília (FTB) - Centro de Apoio de Vivências Agrárias
Telefone: (0XX61) 333 6186;
Fax: 334 2986

2. União Pioneira de Integração Social (UPIS)
Telefone: (0XX61) 346 1944;
Fax: 346 8473

ESPÍRITO SANTO

1. Centro de Ensino Superior de Vila Velha
Telefax: (0XX27) 229 1644
E-mail: uvv@uvv-es.br

2. Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo - Faculdade de Castelo
Telefone: (0XX27) 542 450, 542 2253, 462 3610

3. Universidade Federal do Espírito Santo

GOIÁS

1. Fundação de Ensino Superior de Rio Verde
Telefone: (0XX62) 620 2200
fesurv@dgmnet.com.br

2. Universidade Católica de Goiás
Telefone: (0XX62) 227 1021
ucg@ucg.br

3. Universidade Estadual de Goiás
Telefax: (0XX62) 671 1427
fec.l@cultura.com.br

MATO GROSSO DO SUL

1. Instituto de Ensino Superior do Pantanal
Telefone: (0XX67) 231 9090
iespan@brasinet.com.br

2. Universidade Católica Dom Bosco
Telefone: (0XX67) 765-2040;
paiucdb@unibosco.br

3. Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
Telefone: (0XX67) 422 3838;
uems@douranet.com.br

MINAS GERAIS

1. Faculdade de Agronomia e Zootecnia de Uberaba
Telefax: (0XX34) 315 4188
fazu@fazu.br

2. Universidade de Alfenas
Telefone: (0XX35) 299 3000;
Fax: 200 3136
unifenas@unifenas.br

3. Universidade Federal de Lavras
Telefone: (0XX35) 829 1122
proad@ufla.br

4. Universidade Federal de Viçosa
Telefone: (0XX31) 899 2103
copeve@mail.ufv.br

5. Faculdades de Economia e Administração de Belo Horizonte



6. Escola Federal de Odontologia e Zootecnia de Diamantina

PARÁ

1. Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
Telefone: (91) 226-1992

PARAÍBA

1. Universidade Federal da Paraíba
Telefone: (0XX83) 216 7200;
Fax: 225 1901

PARANÁ

1. Centro Universitário Campos Andrade
Telefone: (0XX41) 223 8919
versalhes@versalhes.br

2. Faculdades Integradas Espírita
Telefone: (0XX41) 335 1717
unibem@unibem.br

3. Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Telefone: (0XX41) 382 1454
postmaster@pucpr.br

4. Universidade Estadual de Maringá
Telefone: (0XX44) 261 4040
gre@rei.uem.br

5. Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Telefone: (0XX45) 225 5353
vestibular@unioste.br

6. Universidade Federal do Paraná
Telefone: (0XX41) 350 5769
ccz@agrarias.ufpr.br

PERNAMBUCO

1. Universidade Federal Rural de Pernambuco
Telefone: (0XX81) 441 4577
ensino@nelore.npde.ufrpe.br

RIO GRANDE DO NORTE

1. Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Telefone: (0XX84) 215 3999
gabinete@reitoria.ufrn.br

RIO GRANDE DO SUL

1. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Telefone: (0XX51) 320 3500
dirpucrs@music.pucrs.br

2. Universidade Federal de Santa Maria
Telefone: (0XX55) 220 8001
E-mail: gabinete@adm.ufsm.br

RIO DE JANEIRO

1. Faculdade de Ciências Agro-Ambientais
Telefone: (0XX21) 260 2633;
Fax: 590 7493
E-mail: snafagram@ax.ibase.org.br

2. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Telefone: (0XX21) 682 1220;
Fax: 628 1120
E-mail: webmaster@ufrj.br

SÃO PAULO

1. Escola Superior de Agronomia de Paraguaçu Paulista
Telefone: (0XX18) 361-1492
E-mail: fugammon@femanet.com.br

2. Universidade de Marília
Telefone: (0XX14) 433 8088;
Fax: 433 8691
E-mail: prograd@unimar.br

3. Universidade de São Paulo
Telefone: (0XX11) 818 4313;
Fax: 815 5665
E-mail: webmaster@mail.fuvest.br

4. Universidade do Oeste Paulista
Telefone (0XX 18) 229 1000;
Fax: 229 1013
E-mail: wnaster@apec.unoeste.br

5. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus Botucatu
Telefone: (0XX14) 821 3737;
Fax: (0XX14) 821 2343
E-mail: fmvz@fmvz.unesp.br

6. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus Jaboticabal
Telefone (0XX16) 323 2500
E-mail: webmaster@fcav.unesp.br

7. Universidade São Marcos
Telefone (0XX11) 6163 6877;
Fax: 6163 7345
E-mail: info@server.smarcos.br



ZOOTECNISTAS PRESENTES NOS CONSELHOS REGIONAIS DE MEDICINA VETERINÁRIA (CRMV)

1) CFMV

Conselheiro Efetivo

Adeilton Ricardo da Silva
Telefone: (061) 322.7708 - Fax:
(061) 226.1326
E-mail: cfmv@cfmv.org.br

2) CRMV/PR

Conselheiro Efetivo
Dr. Luiz Alexandre Filho
Telefone: (041) 263.2511 - Fax:
(041) 264.4085
E-mail: crmvpr@avalon.sul.com.br

3) CRMV/RJ

Conselheiro Efetivo
Dr. Fábio Sampaio Vianna Ramos
Filho
Telefone: (021) 576.7281 - Fax:
(021) 576.7844
E-mail: crmvvj@crmvvj.com.br

4) CRMV/MS

Conselheiro Efetivo
Dra. Lilian Regina Rothe Mayer
Zorzeto
Conselheiro Suplente
Dr. Edson Izé
Telefone: (067) 731.1779/1655 -
Fax: (067) 731.3131
E-mail: crmv-ms@vip.cgr.com.br

5) CRMV/MG

Conselheiro Efetivo
Dr. João Ricardo Albanes
Conselheiro Suplente
Dr. Alexandre Lúcio Bizinoto
Telefone: (031) 3274.4133 - Fax:
(031) 3274.4134
E-mail: crmvmg@crmvmg.org.br

6) CRMV/GO

Secretária Geral:
Dra. Danielle C. de S. Pires Morales

Telefone: (062) 278.4550 - Fax:
(062) 278.4550

7) CRMV/MT

Conselheiro Efetivo
Dr. Benedito Oscar Fernandes
Campos
Telefone: (065) 634.4351
Fax: (065) 634.2534
E-mail: crmv-mt@uol.com.br

8) CRMV/PE

Vice-Presidente:
Dr. Antônio Eurico Vieira Travassos

Conselheiro Efetivo

Dr. Francisco Fernando Ramos de
Carvalho
Conselheiro Suplente
Dr. Valderedes Martins da Silva
Dr. Ricardo Silva Falcão
Telefone: (081) 227.2517
Fax: (081) 227.2092
E-mail: crmvpe@elogica.com.br

9) CRMV/PB

Tesoureiro:
Dr. Armando das Neves de Melo
Conselheiro Efetivo
Dr. Josenildo Quirino Dias
Telefone: (083) 221.3473
Fax: (083) 221.3169
E-mail: crmvpb@netwaybbs.com.br

10) CRMV/AL

Conselheiro Efetivo
Dr. Onaldo Souza
Conselheiro Suplente
Dr. José Bartolomeu de Oliveira
Mota
Telefone: (082) 221.2086
Fax: (082) 221.2086
E-mail: crmval@sistecnet.com.br

11) CRMV/PI

Conselheiro Efetivo
Dr. Maria Elizabete de Oliveira

Telefone: (086) 221.1688 - Fax:
(086) 221.1688
E-mail: crmv-pi@ranet.com.br

12) CRMV/SE

Conselheiro Suplente
Dr. Manoel Resende
Telefone: (079) 241.3101 - Fax:
(079) 241.3101
E-mail: crmvse@infonet.com.br

13) CRMV/RN

Conselheiro Efetivo
Dr. Jorge dos Santos Cavalcanti
Conselheiro Suplente
Dr. Otto Anderson de Brito Crizanto

Telefone: (084) 221.3290
Fax: (084) 222.2166
E-mail: crmvrn@zipmail.com.br

14) CRMV/RO

Vice-Presidente:
Dr. Aécio Silva de Azevedo
Conselheiro Efetivo
Dr. Jobel Beserra de Oliveira
Telefone: (069) 222.2560 - Fax:
(069) 222.2560
E-mail: crmvro@ronet.com.br

15) CRMV/AC

Secretário-Geral:
Dr. Manoel Elier de Aquino
Conselheiro Efetivo
Dr. Aroldo de Souza
Conselheiro Suplente
Dr. João Reis Fleming
Telefone: (068) 224.5570 - Fax:
(068) 224.5570/9455
E-mail: crmvac@mdnet.com.br

16) CRMV/TO

Secretário-Geral:
Dr. Adhemar José Pedreira
Telefone: (063) 214.2560 - Fax:
(063) 214.2560



ENTREVISTA

Segundo a Lei 5.550/68, enquanto não for criado o próprio conselho de fiscalização da profissão de Zootecnista, a mesma deve se manter vinculada com o Conselho de Medicina Veterinária. Isso, no entendimento do Presidente da ABZ, Marcos Traad, já traduz a possibilidade de criação de um conselho profissional próprio para a Zootecnia, o que está sendo viabilizado.

O projeto de criação do Conselho Federal de Zootecnia (CFZ) recebe apoio do Deputado Federal Max Rosenman PMDB - PR. A votação deve acontecer em breve na Comissão de Administração, Trabalho e Serviço Público da Câmara Federal.

O deputado Max Rosenmann fala à Revista Zootecnia Brasileira sobre as expectativas em torno do projeto.

RZB: O que o levou a dar apoio à criação de um conselho de Zootecnia ?

Max: Fomos Procurados por representantes do setor, através da ABZ, que reivindicavam a criação e regulamentação do Conselho Federal de Zootecnia, como forma de normatizar a gestão dos interesses da Zootecnia Nacional, bem como estabelecer regras de comportamento e fiscalização da atividade profissional dos Zootecnistas. Convictos da importância dessa medida não só como forma de dar segurança profissional, mas principalmente ao próprio usuário dos serviços desses técnicos, apoiamos imediatamente a causa, apresentando um projeto que prevê a criação do Conselho Federal e dos Regionais de Zootecnia.



Deputado Federal Max
Rosenman PMDB - PR.

RZB: Qual a sua expectativa em relação ao CFZ ?

Max: Nossa expectativa é de que o Conselho possa atender às necessidades da Zootecnia no sentido de prover o cabedal de normas e procedimentos necessários para garantir o aprimoramento de questões que vão desde a formação profissional, até o exercício propriamente dito da atividade, de maneira a garantir que tanto profissionais quanto os usuários desses serviços possam saber a quem recorrer. A Zootecnia é uma atividade fundamental para um país. Para isso, é essencial que a profissão esteja devidamente regulamentada, bem como seu exercício, através da criação deste conselho.

RZB: Como tramitou o processo até o momento ?

Max: O projeto está em discussão e atualmente incluído na pauta de votação da



Comissão de Trabalho da Câmara Federal. Nossa expectativa é de que ele seja aprovado pela comissão em breve, e chegue ao plenário até o final do ano. Mas, para tanto, necessitamos de uma ativa movimentação política dos Zootecnistas do Brasil.

RZB: Existem impedimentos legais, no momento, para a criação de conselhos profissionais ?

Max: O impedimento hoje é mais de natureza política. Há uma espécie de acordo informal no Congresso para evitar ingerência ou estímulo a conflitos entre categorias profissionais, bem como a criação de novos conselhos. Mas mesmo sabendo da adversidade, continuaremos lutando pois consideramos que com determinação e perseverança é possível chegar à um consenso sobre o tema.

RZB: E a personalidade jurídica dos conselhos profissionais? Devem ser públicos ou privados ?

Max: O governo federal tem em geral estimulado a mudança para um modelo de gestão privada de interesse público. Acredito que com alguns cuidados, esse é o melhor modelo, até porque o Estado não deve ter ingerência direta sobre estas instituições. A idéia é que cada classe profissional faça a sua auto regulação, sempre, é claro, de forma transparente, subordinando seus interesses ao interesse maior da população do país.

RZB: Pode haver um processo de desregulamentação da fiscalização de algumas profissões ?

Max: Não acredito, pois é fundamental que se preserve os mecanismos de fiscalização da atividade profissional, pois somente assim poderemos ter garantias de qualidade e segurança tanto para o profissional habilitado quanto para o usuário.

RZB: Como os Zootecnistas devem se mobilizar para a criação do seu conselho ?

Max: Temos recebido um apoio decisivo da classe dos Zootecnistas do Paraná. Mas é preciso que essa mobilização ocorra também em outros Estados da Federação. Precisamos que os profissionais se organizem, procurem os parlamentares de seus Estados expressando a importância do projeto, esclarecendo as vantagens à sociedade da fiscalização do exercício profissional dos Zootecnistas pelos Zootecnistas. Enviem cartas, e-mails (visitem a página da Câmara Federal na Internet, para contatos com os deputados), fax, promovam seminários de discussão do tema em suas regiões e registrem as decisões dos profissionais e estudantes. Enfim, participem ativamente desse processo, pois somente com essa mobilização poderemos garantir a aprovação da proposta pelo Congresso. Estamos e continuamos abertos a toda e qualquer colaboração, bem como à disposição da classe para qualquer reivindicação.

**Atenção Colegas: Mandem e-mails aos Deputados.
Realcem a importância da criação do nosso conselho.**

Use a home-page do congresso nacional

Max Rosenmann (autor do nosso projeto).

Pedro Henry e Ugo Biehl (interessados nos pedidos de criação de conselhos em trâmite na Câmara.

Outros, além de Senadores do seu Estado.

Mantenham-se articulados em busca de soluções.

Política é a arte de fazer pressões – pressionem !!!



CERTIFICAÇÃO DO IBD DÁ CREDIBILIDADE À AGRICULTURA ORGÂNICA

Em sintonia com os avanços da agropecuária orgânica e em função da crescente demanda por produtos deste gênero no mercado mundial, a Zootecnia Brasileira procurou o Presidente do Instituto Biodinâmico (IBD), o Engenheiro Agrônomo Denis Ditchfield, para uma entrevista sobre o assunto.

RZB - O que é IBD e o que ele faz ?

Denis - O IBD é Associação de Certificação Instituto Biodinâmico. O vínculo do IBD com a agricultura biodinâmica e orgânica ocorre desde 1983 e os trabalhos de certificação foram iniciados em 1990. O IBD desenvolveu um sistema de certificação adaptado às condições brasileiras e da América Latina, buscando respeitar as características regionais dos projetos. Atualmente, o IBD possui 45 inspetores credenciados e mobiliza um total de 70 profissionais. O IBD realiza a certificação de produtos orgânicos e biodinâmicos e garante a qualidade dos selos "ORGÂNICO INSTITUTO BIODINÂMICO" e "DEMETER".

RZB - Qual a sua importância?

Denis - A certificação e a consequente concessão do selo de qualidade, que comprova a procedência dos produtos orgânicos biodinâmicos, tem sua importância centrada na necessidade de se identificar a origem do produto quanto ao método de produção. A marca

normalmente indica a origem geográfica, o tipo de processamento, ou a empresa processadora. A certificação de um produto indica que o Instituto Biodinâmico certifica que uma outra organização poderá usar o selo, já que satisfaz as diretrizes estipuladas pelo mesmo. Essas diretrizes são monitoradas por IFOAM (Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica) e DAR (Deutscher Akkreditierungs Rat) que garantem a qualidade do serviço prestado e conferem ao IBD o padrão ISO 65/EN45011. O Selo (no caso, os dois cedidos pelo Instituto Biodinâmico), indica o seguinte trabalho envolvendo a origem do produto:

a) Acompanhamento do sistema de produção, seja vegetal ou animal, por técnicos especializados na área;

Visitas rotineiras ao local de produção, com inspeções técnicas;

b) Análises residuais para verificar o nível de contaminação;

c) Que a unidade de produção aprovada enquadra-se nas Diretrizes para os Padrões de

Qualidade Demeter e Orgânico "Instituto Biodinâmico". Tais diretrizes, publicadas pelo Instituto Biodinâmico representam as condições ideais de produção para que haja certificação do produto.

IBD trabalha exclusivamente com a empresa BioR@stro que possui um eficiente sistema de rastreamento da produção animal garantindo a rastreabilidade total dos projetos.

RZB - Com que países o IBD tem intercâmbio?

Denis - O Instituto Biodinâmico possui um corpo de inspetores e um comitê de certificação que verifica a conformidade dos produtos orgânicos e biodinâmicos com normas nacionais e internacionais (Norma 2.090/91 do Mercado Comum Europeu). O certificado do IBD é aceito mundialmente. Atualmente os produtos certificados pelo IBD são internalizados principalmente na Europa, Estados Unidos e Japão. O IBD além de certificar produtos no Brasil certifica projetos na Bolívia, Argentina, Paraguai e República Dominicana.

RZB - Qual a expectativa do IBD para a pecuária de orgânica



no Brasil?

Denis - O IBD está trabalhando com a pecuária orgânica há dois anos. Os projetos estão no início sendo a expectativa das melhores possíveis. Devido aos problemas de saúde animal ocorridos na Europa, a carne orgânica possui uma grande demanda por parte dos consumidores. O Brasil possui condições naturais favoráveis para o desenvolvimento da pecuária orgânica. Os processadores e os pecuaristas estão sensíveis a esta opção.

RZB - Quais os principais benefícios que a pecuária orgânica pode trazer para o país?

Denis - Os principais benefícios da pecuária orgânica são: credibilidade, melhoria das condições ambientais, sociais e econômicas para o país. Ocupação de um mercado diferenciado mundialmente, podendo trazer divisas econômicas e políticas para o Brasil.

RZB - Quais as principais regiões do país que já utilizam a pecuária orgânica?

Denis - Atualmente os principais estados que desenvolvem a pecuária orgânica são: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo e Paraná.

RZB - Quais os principais desafios da pecuária orgânica frente aos sistemas tradicionais?

Denis - O sistema de pecuária orgânica utiliza tecnologia diferenciada dos sistemas

tradicionais. A conversão de um sistema convencional para orgânico, além do período de conversão, inclui o monitoramento de resíduos químicos, a composição da paisagem, a rastreabilidade dos animais, a eficiência do sistema e o desenvolvimento social. O padrão tecnológico utilizado normalmente é mais elevado do que nos sistemas tradicionais

RZB - Qual a situação da pecuária orgânica local e mundial?

Denis - A situação da pecuária orgânica no Brasil é de crescimento. No momento temos apenas quatro projetos certificados e vários projetos em fase de implantação do sistema orgânico. Atualmente, em adequação da rastreabilidade, temos cadastrado 210 mil animais. Internacionalmente o crescimento da pecuária orgânica é destaque na Austrália e na Argentina. Na Argentina em 1980 havia cerca de 400 mil hectares certificados e em 2000 passou para mais de 3 milhões de hectares certificados. Nessa expansão de área a pecuária orgânica certificada teve papel fundamental. O Brasil poderá ter crescimento significativo na pecuária orgânica certificada, o que vai depender do entendimento do criador sobre a importância e as oportunidades de negócio que ela traz, além dos benefícios para a sustentabilidade dos sistemas de produção animal.

Dennis Ditchfield
Presidente do IBD
ibd@ibd.com.br
www.ibd.com.br

Tel/fax: (0XX14) 6822 5066

Zootec 2002 XXII Congresso Brasileiro de Zootecnia

Rio de Janeiro - Brasil

13 a 15 de Maio de 2002

Rio Centro
Rio de Janeiro
Brasil

Promoção

ABZ - Associação
Brasileira de
Zootecnistas

AZERJ - Associação de
Zootecnistas do
Estado do Rio de
Janeiro

O Zootec 2002 pretende realçar Zootecnia como uma profissão importante para a sociedade, tendo em vista que será realizado no Rio de Janeiro, o segundo pólo consumidor do país.

O tema central do evento será focado na segurança alimentar colocando em evidência a Zootecnia com a missão de atuar em todo o complexo produtivo dos alimentos, para garantir máxima qualidade aos consumidores, além de apresentar as alternativas que a Zootecnia vem desenvolvendo, para atender as novas exigências de mercado.

PARTICIPE, VAMOS OCUPAR O ESPAÇO QUE É NOSSO.

Maiores informações:
Tel: (0xx21) 2569-0209
2587-9123



MARCAS DA ZOOTECNIA

A Zootecnia nacional já tem algumas marcas próprias, cujos registros foram pedidos pela ABZ e encontram-se em processo de tramitação junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Inicialmente, temos que mencionar que o símbolo da nossa profissão pertence à ABZ existindo um padrão esta-belecido como o abaixo descrito.

O uso da logomarca deve seguir os seguintes critérios:

a) a utilização do símbolo da Zootecnia com fins comerciais (material promocional, tais

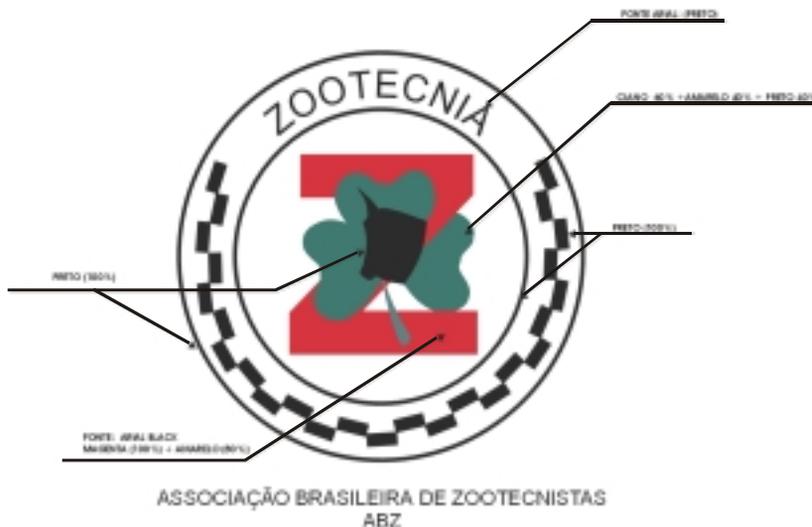
ante autorização oficial expressa da nossa entidade, tendo, neste caso, que ser mencionada obrigatoriamente a ABZ (exatamente como o exposto). Solicitamos, dessa forma, que haja esta observância por parte dos colegas e acadêmicos para o uso da nossa marca, sendo preciso que todos colaborem na fiscalização do uso inadequado (não autorizado) e nos informem para que tomemos as providências legais; b) a utilização do símbolo, pelas entidades de zootecnistas (sindicatos e associações), bem

fins comerciais, contanto que seja seguido o padrão estabelecido. Neste caso, a menção à ABZ, pode ou não ser acatada, tendo em vista que, mesmo em se tratando de uma marca da associação, o símbolo representa a nossa profissão. É preciso assim, manter a menção à ZOOTECNIA. Entretanto, solicitamos que seja estimulado o uso do nome da associação, de forma conjunta com o símbolo, para que façamos os colegas e acadêmicos entenderem que existe uma entidade que cada vez mais tem que ser difundida. As outras marcas que estão registradas em nome da ABZ são:

ZOOTEC: Congresso Brasileiro de Zootecnia, cuja realização sempre será por promoção da nossa associação.

Revista Zootecnia Brasileira, cuja edição é exclusiva pela ABZ.

Resolvemos tomar tais iniciativas, para que tenhamos como explorar recursos variados para a nossa entidade, que necessita do seu apoio para ficar cada vez mais fortalecida. Também decidimos registrar o símbolo da Zootecnia, tendo em vista a sua aprovação no ZOOTEC de Belo Horizonte e pelo fato de termos recebido a informação de que o CFMV estava tentando deflagrar concurso nacional para a mudança do nosso símbolo, o que devemos impedir, custe o que custar.



como bonés, pastas, camisetas, etc), só poderá ser feita pela Associação Brasileira de Zootecnistas (ABZ), ou medi-

como pelas faculdades, CFMV e CRMV e centros ou diretórios acadêmicos, poderá ser feita em documentos diversos, sem



ATENÇÃO EMPRESÁRIOS DO SETOR AGROPECUÁRIO

**O ESPAÇO
EMPRESARIAL
da REVISTA
ZOOTECNIA
BRASILEIRA
é dedicado às
empresas com
atividade
ligadas à área
da zootecnia.
Anuncie na
Zootecnia
Brasileira
Entre em
contato pelo
telefone:
(0xx41) 264-8954
Das 13 às 17hs.
ou
pelo e-mail
traad@pr.gov.br**

GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA EM ZOOTECNIA

A Associação Brasileira de Zootecnistas tem recebido vários pedidos de informação sobre cursos de graduação ou pós-graduação em Zootecnia através de Educação a Distância. A julgar pelos pedidos é significativo o número de pessoas que residem em áreas afastadas dos grandes centros urbanos, e que gostariam de estudar ou mesmo se aperfeiçoar sem precisar se afastar de seus domicílios.

A regulamentação da EAD é baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei n.º 9.393), e qualquer instituição interessada pode credenciar-se junto ao MEC. A análise é feita por especialistas em EAD, e o trâmite é o mesmo dos cursos presenciais. Os interessados devem consultar o documento "indicadores de qualidade para cursos de graduação e à distância" no site do MEC (<http://www.mec.gov.br/>).

Um curso de graduação à distância em Zootecnia, contudo, precisa de amplos estudos para a sua viabilização. Numa rápida e breve análise é possível considerar que a parte introdutória do curso deveria ser desenvolvida nos padrões hoje conhecidos da EAD (Internet, software educacional, videoconferência) pela atenção dada às disciplinas básicas de ciências exatas e biológicas. A área de ciências humanas em disciplinas como Administração e Economia rural, teria um excelente aproveitamento em EAD. Já a parte profissionalizante exigiria um planejamento em que seria fundamental o acompanhamento presencial. Seria o caso por exemplo de aulas práticas de

Máquinas Agrícolas e Nutrição Animal.

A atenção maior de um planejamento inicial para um curso EAD de graduação em Zootecnia seria trabalhar a sua característica maior: a praticidade. Neste ponto o uso do computador e a Internet poderiam ajudar ao aluno que durante o curso precisa atuar em fazendas, em contato com os animais e aprender os processos de produção de alimentos e derivados de animais.

A EAD em Zootecnia, deveria também considerar a regionalização de interesses do curso. Nos cursos presenciais, algumas faculdades de Zootecnia costumam incluir no currículo, disciplinas específicas sobre espécies de interesse econômico da região onde se localiza a escola.

No Brasil o que predomina hoje na graduação de EAD, são cursos nas áreas de Educação. No Paraná a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em trabalho conjunto com a Fundação Universidade Eletrônica do Paraná, desenvolve o Curso Normal Superior com Mídias Interativas para mais de 3.000 alunos. Cursos envolvendo Matemática, Física, Química, Pedagogia e Administração são desenvolvidos por outras instituições (cerca de dez ao todo no Brasil). Existem também os cursos de graduação a distância em Ciências Biológicas na Universidade Estadual do Norte Fluminense e Biologia na Universidade Federal do Ceará.

REGINALDO DANIEL DA SILVEIRA
(Jornalista, Coordenador de Mídias Interativas em EAD)



ASSINE A REVISTA ZOOTECNIA BRASILEIRA

UMA PUBLICAÇÃO DA ABZ - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ZOOTECNISTAS

**ASSINE A REVISTA DA ZOOTECNIA BRASILEIRA
ASSINATURA ANUAL APENAS R\$ 50,00**

**REVISTA BIMESTRAL
6 EDIÇÕES + 1 EDIÇÃO CIENTÍFICA ANUAL**

Coloque aqui os seus dados (preenchimento obrigatório)

Nome

Endereço

Nº Complemento

Bairro CEP

Cidade Estado

DDD Tel

Data de Nascimento / /

E-mail

Data / /

Estudante Universidade

Zootecnista Nº CRMV Estado

ENVIE CHEQUE NOMINAL E CRUZADO NO VALOR DE R\$ 50,00 PARA O SEGUINTE ENDEREÇO

ABZ - Rua Brasílio Itiberê nº 376 - Curitiba - PR - CEP 80210-060
E-mail: traad@pr.gov.br

**** (0xx41) 264-8954 (das 13:00 hs às 17:00 hs de Segunda à Sexta feira)****